



EVERSTREAM PRODUTORA DE AUDIO E VISUAL LTDA
CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de contrato social:

LUANA EITELBERG, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG sob o n. 29.187.412-5, e do CPF 300.901.198-94, residente e domiciliada a Rua Manoel da Nobrega, 753, apto. 84 nesta capital, CEP 04001-084; e

FABIO ANDRADE EITELBERG, brasileiro, solteiro, empresario, portador do RG sob o n. 29.187.413-7 e do CPF sob o n 294.458.438-35, residente e domiciliado a Rua Teixeira da Silva, 333, apto. 92, nesta capital, CEP 04002-031.

CGC PARTICIPAÇÕES EM NEGÓCIOS E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Estela, nº 166 – Vila Mariana – CEP: 04011-000 – São Paulo – SP, constituída por contrato social devidamente registrado na JUCESP sob nº 35.223.593.761 em seção de 01/09/2009, e inscrita no CNPJ sob nº 11.172.329/0001-56, representada neste ato por seu representante legal:

GUSTAVO NUDELMAN FRANKEN, brasileiro, natural de São Paulo, nascido em 05/02/1981, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.965.922-2 SSP/SP e do CPF nº 820.344.430-04, residente e domiciliado na Rua Zacarias de Gois 1296 apto 22 – São Paulo – SP.

Tem entre si, justo e contratado, e na melhor forma de direito, a constituição de uma sociedade empresária limitada, a qual se regerá pelas cláusulas e condições estipuladas a seguir, a que se obrigam a cumprir e respeitar:

1. DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação social de **EVERSTREAM PRODUTORA DE AUDIO E VISUAL LTDA**.

2. SEDE SOCIAL

A sociedade tem sua sede social a Rua Coronel Oscar Porto nº 813 – Conjunto 91 – Paraíso – São Paulo/SP – CEP 04003-004, onde responderá judicial e extrajudicialmente pelos atos que praticam, podendo, quando convier aos interesses sociais, constituir filiais em qualquer parte do território nacional.

3. OBJETO SOCIAL

O objeto da sociedade será, PRODUTORA DE ÁUDIO VISUAL E STREAMING

- a) Produção e edição de áudio;
- b) Produção e edição de vídeos, filmes, propagandas, pós-produção, reprodução e distribuição;
- c) Serviços de disponibilização de conteúdos On-Line (Streaming).

4. USO DA FIRMA

Fica proibido o uso da firma para endossos, avais, fianças, ou qualquer tipo de negócio alheio ao objeto da sociedade.

5. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), divididos em 40.000,00 (Quarenta Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma totalmente subscrita e integralizada em moeda corrente do País e distribuídos entre eles na seguinte proporção:

SÓCIO	QUOTAS	R\$	%
LUANA EITELBERG	10.000	10.000,00	25
FABIO ANDRADE EITELBERG	10.000	10.000,00	25
CGC PART. EM NEGÓC. E CONSULT. LTDA	20.000	20.000,00	50
Totalizando	40.000	40.000,00	100

Parágrafo Único – Nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

6. CESSÃO DE QUOTAS

Os sócios não poderão transferir parte ou a totalidade de suas quotas para pessoas estranhas, sem antes oferecê-las ao outro sócio que em igualdade de condições terá preferência na aquisição. A comunicação será feita por escrito e não havendo manifestação do direito de aquisição no prazo de 30 (trinta) dias, estas poderão se alienadas ou cedidas a terceiros.

7. ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida em **isoladamente** pela administradora, na qual poderá praticar todos os atos de operações referente à gestão da Sociedade dentro dos limites do objeto social, assinando sempre pela sociedade isoladamente.

Parágrafo Primeiro – a administração caberá a Sra. **VALQUIRIA DE OLIVEIRA GONÇALVES**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.585.986-3 SSP/SP e do CPF nº 063.860.218-19, residente e domiciliada na Rua Eça de Queiroz, 289 – Apto 12 – Vila Mariana – CEP 04011-031 – São Paulo – SP, na qual poderá praticar todos os atos de operações referentes à gestão da Sociedade dentro dos limites do objeto social, assinando pela sociedade isoladamente.

Parágrafo Segundo – Responderá com a sociedade e para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato ou pelos atos que praticar com violação da Lei e do presente instrumento.

Parágrafo Terceiro – A administradora também recebe poderes para nomear procuradores em nome da empresa e, por fim, os demais administradores sócios apenas poderão assinar em conjunto com a administradora e nunca isoladamente.

8. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

No caso de falecimento ou interdição permanente de um dos sócios a sociedade não se extinguirá fazendo jus ao prazo de 180 (cento e oitenta) dias estipulado no inciso IV do artigo 1.033 da Lei 10.406/2002. Promover-se-á um balanço patrimonial para apuração dos haveres do sócio extinto, pagando os direitos deste aos seus herdeiros ou ao seu curador (responsável) em 12 (doze) prestações mensais vencendo a primeira delas 30 (trinta) dias após o balanço patrimonial e as demais sucessivamente de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias, sendo as quotas do sócio extinto, transferidas para o sócio remanescente ou a quem o mesmo indicar.

9. RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Para os sócios serão fixadas retiradas a título de pró-labore de acordo com as possibilidades e interesses da sociedade.

10. NA RETIRADA DO SÓCIO

No caso de qualquer um dos sócios pretender retirar-se da sociedade deverá comunicar ao outro, por escrito, sua decisão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11. EXERCÍCIO SOCIAL

No dia 31 de dezembro de cada exercício será elaborado o inventário, bem como o Balanço Patrimonial e de resultado econômico da sociedade (Artigo 1.065 da Lei 10.406/2002), onde os lucros ou prejuízos por ventura existentes serão, distribuídos ou suportados por cada um dos sócios, proporcionalmente, as quotas de cada um.

12. OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS

Os sócios serão obrigados a reposição dos lucros e das quantias retiradas a qualquer título que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuem com prejuízo no capital.

13. DURAÇÃO DA SOCIEDADE

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

14. DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO

Os sócios e administrador declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que os impeçam, de exercerem atividades mercantis. Os administradores da Sociedade deverão ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma entregar na administração de seus próprios negócios.

§ 1º - Os sócios declaram sob as penas da Lei que não são impedidos por Lei especial, condenados a pena que vede, ainda que temporária mente, o acesso ao exercício empresarial; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

§ 2º - Aplica-se à atividade dos administradores, no que couber, a disposição concernente ao mandato.

15. DIVISÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade como dispõe o artigo 1.056 da Lei 10.406/2002.

16. DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Todas as deliberações dos sócios que se fazem necessárias, tais como a aprovação de contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação/destituição dos administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição, de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos, sejam por imposição da Lei ou relevância da matéria para a sociedade, serão tomadas em reunião convocada pelo administrador para este fim, como rege o Art. 1.072 do Código Civil em vigor. Como dispõe o § 1º do artigo mencionado, a opção pela reunião descarta a necessidade de assembleia.

§ 1º - A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios.

§ 2º - As deliberações deverão se aprovadas pela totalidade da participação no capital social.

17. DIVERGÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES

Todas as divergências serão resolvidas pela interpretação deste contrato, sendo os casos omissos regidos pelas condições dos artigos 1.052 a 1.087 do código civil Brasileiro de 2002 que regulamenta as sociedades Limitadas, subsidiariamente, e no que for aplicado, a Lei das Sociedades Limitadas, subsidiariamente, e no que for aplicado, a Lei das Sociedades Anônimas, bem como as disposições gerais para as Sociedades Simples que regem a matéria.

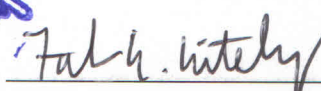
18. DISPOSIÇÕES FINAIS

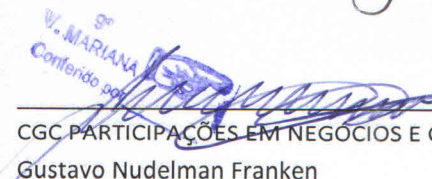
Para todas as questões decorrentes do presente contrato será competente o Foro da Comarca de São Paulo Estado de São Paulo com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

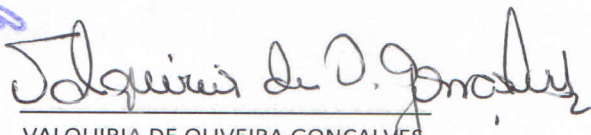
E assim por estarem de pelo e comum acordo com todas as cláusulas e disposições, passam a assinar, em 03 (três) vias de igual teor para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, suas conhecidas e a todos cientes, sendo uma das vias deste instrumento arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e as demais com as devidas anotações devolvidas aos contratantes para documentação de cada um.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

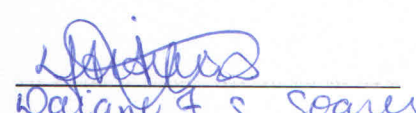

LUANA EITELBERG


FABIO ANDRADE EITELBERG

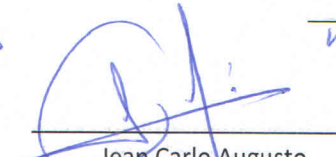

CGC PARTICIPAÇÕES EM NEGÓCIOS E CONSULTORIA LTDA
Gustavo Nudelman Franken


VALQUIRIA DE OLIVEIRA GONÇALVES

TESTEMUNHAS:


Daiane F. S. Soares


Vander Gordin Silva


Jean Carlo Augusto
OAB 291.282 - SP
Advogado

